Santander Totta

SEGUROS

FUNDO DE PENSÕES ABERTO
EUROVIDA REFORMA VALOR

RELATÓRIO E CONTAS 2020

Índice

1. Relatório de Gestão 3
1. Âmbito 3
2. Enquadramento Macroeconómico 3
3. Evolução Geral do Fundo de Pensões e da Atividade Desenvolvida no período 10
4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões 10
5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões 10
6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões 11
7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual 11
8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões 12
9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões 13
10. Benchmarks 13
11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto 14
12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores 14
13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões 14
14. Considerações Finais 15
2. Demonstrações Financeiras 16
3. Anexo às Demonstrações Financeiras 18
4. Certificação do Revisor Oficial de Contas 33

1. Relatório de Gestão

1. Âmbito

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2020.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por adesões individuais e adesões coletivas.

2. Enquadramento Macroeconómico

Em 2020, a economia mundial registou uma profunda recessão, com uma contração do PIB de 3,5%, fruto da pandemia associada ao vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19. Em março de 2020, fruto da disseminação do vírus à escala global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma situação de pandemia.

Muitos países estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, procurando restringir ao mínimo os contactos entre pessoas, levando a uma situação de confinamento generalizada, com o encerramento das atividades não essenciais, o que teve consequências económicas de dimensão histórica.

Apesar do confinamento ter sido implementado apenas em março, o PIB contraiu já no primeiro trimestre do ano, de forma significativa, situação que se acentuou no segundo trimestre, uma vez que o confinamento mais estrito foi adotado durante o mês de abril, iniciando-se uma retirada gradual das restrições a partir do mês de maio, mas sempre com níveis de atividade muito abaixo dos verificados antes da pandemia.

O período do Verão, no hemisfério norte, trouxe uma redução dos contágios, uma retirada das medidas de confinamento, e uma progressiva recuperação da atividade económica, materializado num crescimento mais sólido no 3º trimestre do ano.

No outono, a convivência normal entre as pessoas, juntamente com o regresso às aulas, e a sazonalidade do vírus, verificou-se uma nova vaga pandémica, com imposição de novas medidas de confinamento, que se foram tornando mais restritivas (embora menos do que na primeira vaga) no final do ano, quando surgiram novas estirpes, mais contagiosas, e cujos efeitos se tornaram mais visíveis já em 2021.

Crescimento Económico Mundial

	2019	2020 E	2021 P
Mundo	2,8	-3,5	5,5
Países Avançados	1,6	-4,9	4,3
EUA	2,2	-3,4	5,1
UEM	1,3	-7,2	4,2
Reino Unido	1,4	-10,0	4,5
Japão	0,3	-5,1	3,1
Países em Desenvolvimento	3,6	-2,4	6,3
África	3,2	-2,6	3,2
Ásia	5,4	-1,1	8,3
China	6,0	2,3	8,1
Europa de Leste	2,2	-2,8	4,0
Médio Oriente	1,4	-3,2	3,0
América Latina	0,2	-7,4	4,1
Brasil	1,4	-4,5	3,6

Fonte: Fundo Monetário internacional (janeiro de 2021)

Em resultado da dinâmica no segundo semestre do ano, a contração da atividade, em 2020, foi menos pronunciada do que o estimado na fase inicial da pandemia, embora com diferenças regionais e setoriais de relevo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de janeiro de 2021 do "*World Economic Outlook*", reviu em alta as projeções económicas, estimando uma recessão menos profunda, em 2020, e uma recuperação mais sustentada, em 2021. Em 2020, a economia mundial terá contraído 3,5%, de acordo com o FMI, para recuperar em 2021, com um crescimento de 5,5%.

Mas existiram claras diferenças regionais. A contração da atividade, em 2020, foi mais pronunciada nas economias desenvolvidas, fruto de (i) os efeitos da pandemia se terem iniciado mais cedo, depois do contágio a partir de Wuhan, na China, (ii) imposição de um confinamento mais generalizado; e (iii) a segunda vaga se ter sentido mais marcadamente, no terço final do ano.

Contudo, mesmo nos grandes grupos, as diferenças regionais, mas também nacionais, são significativas, com a retração da atividade a oscilar entre os 7% na zona euro e os 3% nos EUA, refletindo a profundidade e duração dos confinamentos, bem como a integração das cadeias produtivas e também o peso do turismo na economia.

Nas economias emergentes, os impactos foram diferenciados, em função também da expansão da pandemia.

Na **China**, onde a pandemia se terá iniciado, a atividade registou uma evolução melhor do que o antecipado, fruto do reportado controlo da pandemia a nível nacional. A atividade terá crescido cerca de 2%, com uma recuperação mais sustentada no segundo semestre do ano, cujos efeitos se deverão sentir de forma mais marcada em 2021.

Os **EUA** registaram uma contração da atividade de 3,4%, mais pronunciada do que a registada quando da Grande Crise Financeira (2008). Contudo, um menor grau de confinamento, em especial durante a segunda vaga, e as medidas de estímulo orçamental implementadas,

contribuíram para uma menor retração da atividade, quando comparada com outras economias desenvolvidas.

O emprego, que registou uma forte destruição no início da pandemia, ainda não recuperou totalmente, o que potenciou uma pronta resposta da Reserva Federal dos EUA, com a descida da taxa dos *Fed Funds* para 0%, bem como com a implementação de programas de concessão de liquidez e crédito, e a aquisição de ativos financeiros.

A **Europa** foi bastante mais fustigada pela pandemia, ampliada pelas interligações entre as várias economias.

Na **zona euro**, o crescimento contraiu de forma bastante pronunciada, com o PIB a cair 7,2%, dinâmica especialmente concentrada no segundo trimestre, quando um confinamento generalizado foi imposto. Apesar da mais forte recuperação no terceiro trimestre, a segunda vaga no final do ano atrasou essa dinâmica, sendo que, no conjunto do ano, persistiram claras diferenças entre os países. A contração do PIB oscilou entre 5% na Alemanha e 11% em Espanha.

Todos os fatores que tinham marcado a conjuntura em 2019, como a transição energética, protestos contra reformas estruturais, ou questões políticas, ficaram em suspenso, dominados pela pandemia e pela urgência sanitária.

Em 2020, foi finalmente alcançado o acordo entre a UE e o **Reino Unido**, para formalizar a relação futura entre as duas economias, mesmo em cima do término do período de transição. O acordo engloba a ausência de tarifas no comércio de bens, mantém os acordos de sexta-feira Santa relativos à Irlanda do Norte, mas não abarca a possibilidade de prestação de serviços financeiros. Os efeitos sobre os sectores de atividade mais favoráveis ao *Brexit*, como as pescas (onde há um período transitório de acesso às águas britânicas) ou os laticínios, começam a ser sentidos agora, com as regras fitossanitárias a bloquearem as exportações britânicas. O Reino Unido terá registado uma contração do PIB em 10%, fruto da pandemia, bem como do Brexit.

	PIB	Inflação
UEM	-6,8	0,3
Alemanha	-5,0	0,4
França	-8,3	0,5
Espanha	-11,0	-0,3
Itália	-8,8	-0,1

Fonte: CE (fevereiro 2021)

Fonte: Comissão Europeia (fevereiro de 2021)

Para combater os efeitos da pandemia, e contribuir para uma mais rápida recuperação, já em julho foi aprovado o acordo que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com um envelope financeiro de 750 mil milhões de euros, dos quais 390 mil milhões de subvenções aos Estados (abaixo da proposta inicial de 500 mil milhões de euros). Adicionalmente, foi também aprovado o Quadro Financeiro Plurianual, para o período 2021-27, que ascende a 1.074 mil milhões.

No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, Portugal deverá receber uma verba de 15 mil milhões de euros em subsídios a fundo perdido, e a possibilidade de aceder a mais 15 mil milhões de euros em empréstimos. Conjuntamente com o término do Portugal 2020 e o novo quadro plurianual, Portugal deverá receber quase 58 mil milhões de euros em fundos comunitários para utilizar ao longo da próxima década.

O Banco Central Europeu reforçou a sua orientação de prossecução de uma política monetária de apoio à recuperação económica, baseada na manutenção de taxas de juro negativas e programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, de modo a promover condições de base propícias à recuperação e crescimento económico.

Para isso, foram criados novos mecanismos de política monetária, os *PELTROs – Pandemic Emergency Longer-term Refinancing Operations* – que tiveram início em maio de 2020 e se prolongarão até julho/setembro de 2021, a uma taxa de refinanciamento fixa e 25 p.b. abaixo da taxa refi.

Adicionalmente, as condições de refinanciamento dos TLTRO III foram revistas, com as taxas de refinanciamento a serem reduzidas em 100 p.b. face ao valor médio da taxa refi, para as operações realizadas entre junho de 2020 e junho de 2021. Em junho, o montante total do *PEPP – Pandemic Emergency Purchase Programme* foi ampliado em 600 mil milhões de euros, para um total de 1.350 mil milhões de euros, o que contribuiu para uma estabilização do risco na zona euro.

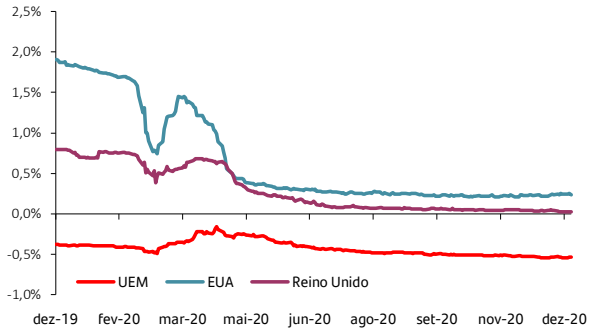
E já em dezembro, fruto da segunda vaga pandémica na Europa, o BCE alterou de novo as condições do TLTRO III e do PEPP. Este último foi ampliado em mais 500 mil milhões de euros, para 1.850 mil milhões de euros, devendo prolongar-se até final de março de 2022. O TLTRO III terá três novas operações, entre junho e dezembro de 2021, enquanto as bonificações foram estendidas por 12 meses, até junho de 2022. Também o montante que os bancos podem tomar, no quadro destas operações, foi ampliado para 55% da referência (+5 p.p.).

O BCE prolongou ainda, até junho de 2022, as medidas adotadas em abril, relativas ao colateral utilizável nas operações de refinanciamento, no qual se inclui a utilização de *pools* de crédito (o que já ocorria em Portugal).

Nas **economias emergentes**, a pandemia produziu também importantes efeitos económicos, embora menos adversos do que nas economias avançadas, em parte devido às medidas de confinamento impostas, por contrapartida de um efeito sanitário mais pronunciado, na primeira vaga (que assolou o hemisfério sul durante o seu inverno).

A **América Latina** foi particularmente afetada (o PIB terá contraído 7,4%), em especial o México, com uma recessão de 8,5%. O Brasil não ficou imune, e o PIB contraiu 4.5%. O delicado equilíbrio entre saúde e economia acabou por pender a favor da última.

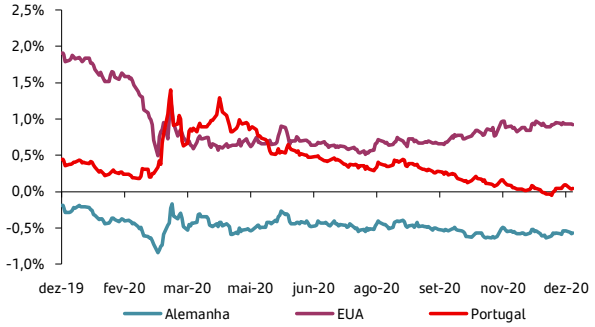
Evolução das Taxas de Juro a 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As políticas económicas assumiram um pendor expansionista. Nas economias desenvolvidas, isso implicou que os bancos centrais, como mencionado, reforçassem os seus programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, contribuindo para uma nova descida das taxas de juro ao longo de toda a curva de rendimentos.

Evolução das Taxas de Juro a 10 anos



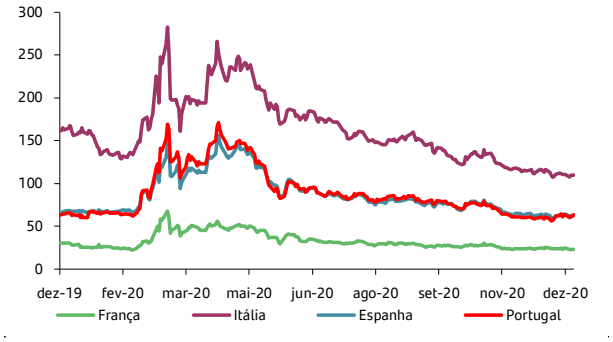
Fonte: Bloomberg

As **taxas de juro de curto prazo** desceram, de forma generalizada, apesar de, num primeiro momento da pandemia, terem subido, fruto de uma maior perceção de risco, mas prontamente eliminada pela intervenção dos bancos centrais. Nos EUA e no Reino Unido, as taxas de juro a 3 meses aproximaram-se de zero, enquanto na zona euro convergiram para níveis abaixo da taxa de depósito.

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, a evolução anual caracterizou-se por uma descida, de forma generalizada, apesar de algumas diferenças intra-anuais.

Nos mercados *core*, como os EUA e a Alemanha, a reação à pandemia e às medidas dos bancos centrais materializou-se numa descida das *yields*. Já nos mercados periféricos, num primeiro momento da pandemia, as taxas de juro subiram, seja porque a situação sanitária foi muito adversa, em Itália e Espanha, por exemplo, seja porque a perceção de risco, em especial em termos de impactos económicos e orçamentais, foi mais negativa.

Diferenciais de Taxas de Juro de Longo Prazo Face à Alemanha (p.b.)



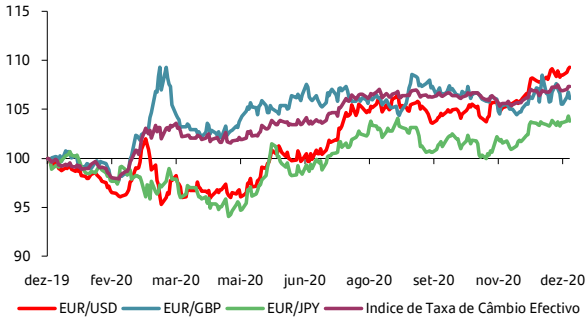
Fonte: Bloomberg

Por esta razão, os *spreads* de crédito, na zona euro, aumentaram em março e permaneceram elevados até maio, de forma generalizada. A intervenção do BCE, com o PEPP, permitiu uma progressiva normalização dos *spreads*, mas que só no final do ano retomaram os níveis pré-pandemia, antes de assumirem níveis ligeiramente abaixo.

Em Portugal, o *spread* a 10 anos face à Alemanha chegou a atingir 150 p.b., entre março e abril, descendo posteriormente, de forma faseada para, como mencionado, desceram abaixo dos níveis pré-pandemia, no final do ano. A mesma dinâmica foi observada em Espanha, assim como em Itália, que no pico chegou a ultrapassar os 250 p.b. de *spread* face à Alemanha.

No **mercado cambial**, o euro caraterizou-se por uma tendência de apreciação face às principais divisas. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,21 dólares, uma apreciação de cerca de 9%.

Evolução das Principais Taxas de Câmbio (Dez-19=100)



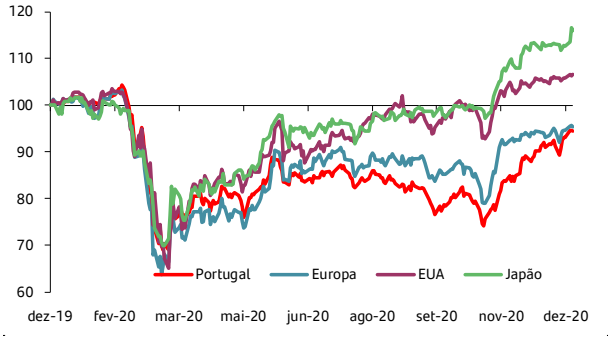
Fonte: Banco Central Europeu

Os mercados acionistas reagiram negativamente à pandemia, com uma desvalorização significativa em março (cerca de 30%), mas posteriormente recuperaram uma trajetória de recuperação, apoiada pela recuperação da atividade, por um lado, e pelas expectativas quanto à vacinação, à medida que ia sendo anunciado o desenvolvimento de várias vacinas contra a COVID-19.

O mercado norte-americano, no final do ano, recuperou máximos absolutos, beneficiando também de um efeito eleitoral, após a eleição de Joe Biden para a presidência.

Na Europa, a recuperação não impediu uma desvalorização de cerca de 5%, com os mercados a serem penalizados pelo maior peso relativo do setor bancário, que foi especialmente afetado. A dinâmica em Portugal foi muito similar.

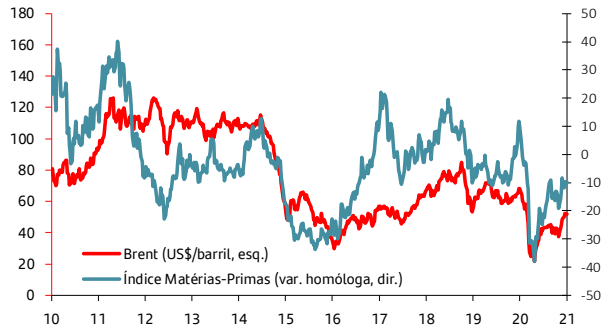
Evolução dos Mercados Acionistas (Dez-19=100)



Fonte: Bloomberg

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com a contração da atividade a resultar numa redução pronunciada da procura. O **petróleo** registou uma pronunciada depreciação, tendo o Brent tocado em mínimos em redor de 20 dólares/barril, para fechar o ano em 51 dólares, ainda assim uma redução homóloga de 24%. O crude de referência nos EUA (o WTI) chegou a cotar em terreno negativo, reflexo dessa fraca procura (num movimento técnico). O **ouro** manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 27% durante o ano de 2020, para 1.878 dólares por onça.

Evolução do Preço do Petróleo Brent (US$ por barril)
Índice de Matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

3. Evolução Geral do Fundo de Pensões e da Atividade Desenvolvida no período

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Valor do Fundo em 31/12/2019	678.578,87
Contribuições	31.455,27
Pensões	- 279,11
Rendimento Líquido	8.372,75
Outras Variações Líquidas	-11.154,53
Valor do Fundo em 31/12/2020	706.973,26

Valores em euros

Do total de rendimento gerado, cerca de € 4.925,69 dizem respeito a ganhos líquidos resultantes da alienação e avaliação de aplicações financeiras.

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2020, dizem respeito a contribuições de adesões individuais.

A rubrica "Outras Variações Líquidas" inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.

4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões

Nada a mencionar.

5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste

princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes com reduzida tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 7 do presente relatório.

6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rendibilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual

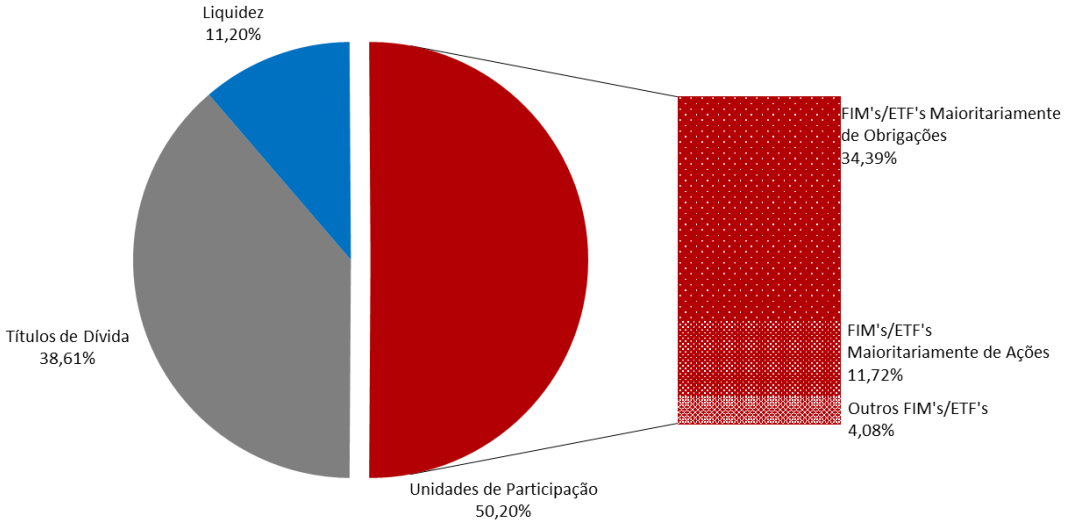
A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	**42,50%**	**38,61%**	-3,89%	[0; 50]
Instrumentos de Capital	**2,50%**	**0,00%**	-2,50%	[0; 5]
Unidades de Participação	**45,00%**	**50,20%**	5,20%	[0; 55]
FIM's Maioritariamende Obrigações	25,00%	30,53%	5,53%	[0; 35]
FIM's Maioritariamende Ações	7,50%	9,04%	1,54%	[0; 15]
FIM's Outros	2,50%	4,08%	1,58%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Obrigações	2,50%	3,87%	1,37%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Acções	5,00%	2,69%	-2,31%	[0; 10]
FII's	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Outros Activos	**5,00%**	**0,00%**	-5,00%	[0; 10]
Liquidez	**5,00%**	**11,20%**	6,20%	[0; 10]

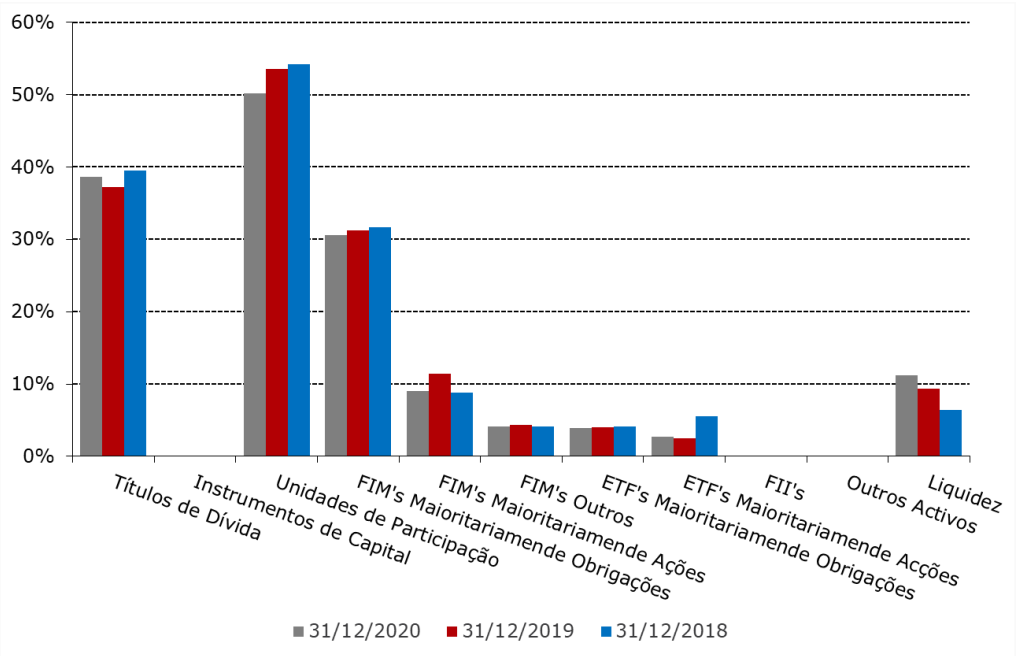
Os desvios de alocação, face ao previsto na política de investimentos, devem-se a razões de natureza tática, com o objetivo da otimização do binómio rendibilidade e risco.

8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões

Em 31/12/2020 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento no rendimento variável, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2020, no entanto manteve-se um nível de exposição significativo ao rendimento fixo, de acordo com o perfil conservador do fundo de pensões.



9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2020	31/12/2019
YTD	1,14%	6,23%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (*Time Weighted Rate of Return*) e ao risco, o Desvio Padrão.

10. Benchmarks

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Títulos de Dívida / Pública	Bloomberg BERPGA
Títulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo *Tracker*
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (1,14%) esteve abaixo do *benchmark* (2,05%).

A performance do *benchmark*, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via *bloomberg*.

11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2020, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

Não houve alterações significativas face ao ano anterior.

12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostos restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de *rating* dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monotorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões

Não aplicável, dada a inexistência de planos de benefício definido financiados pelo Fundo de Pensões.

14. Considerações Finais

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 15 de Abril de 2021

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros

Demonstração da Posição Financeira	Notas	2020	2019
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	354 867	363 011
Títulos de dívida Pública	4	118 417	
Outros Títulos de dívida	4	153 498	251 218
Depósitos em instituições de crédito	5	80 616	64 489
Outras aplicações		-	
Sub-Total		**707 398**	**678 718**
Devedores			
Sub-Total		**-**	**-**
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de proveitos			
Juros decorridos	6	1 012	978
Outros acréscimos de proveitos		56	-
Sub-Total		**1 069**	**978**
Total do Ativo		**708 467**	**679 696**
Credores			
Entidade gestora		902	866
Depositarios		591	252
Sub-Total		**1 493**	**1 117**
Acréscimos e diferimentos			
Sub-Total		**-**	**-**
Total do Passivo		**1 493**	**1 117**
Total do Valor do Fundo		**706 973**	**678 579**
Valor da Unidade de Participação		**57,179**	**57,447**

2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

Demonstração de Resultados	Notas	2020	2019
Contribuições	**7**	31 455	20 349
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	**8**	(279)	-
Rendimentos líquidos de investimentos	**10**	3 390	3 252
Ganhos líquidos de investimentos	**9**	4 926	36 055
Outros rendimentos e ganhos		57	258
Outras despesas	**11**	(11 155)	(10 940)
Resultado líquido		**28 394,39**	**48 973,72**

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2 020	2 019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
+ Contribuições			
Associados	**7**	8 884	10 175
Participantes/beneficiários		8 884	10 175
Transferências		13 686	0
- Pensões, capitais e prémios únicos vencidos			
Transferências		279	0
- Remunerações			
Remunerações de gestão	**11**	10 216	9 971
Remunerações de depósito e guarda de títulos	**11**	939	514
+ Outros rendimentos e ganhos		57	258
- Outras despesas	**11**	0	455
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais		**20 078**	**9 667**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
+ Recebimentos			
Alienação/ reembolso de investimentos		112 487	101 132
Rendimentos dos investimentos		3 977	3 152
- Pagamentos			
Aquisição de investimentos		120 416	90 323
Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento		**-3 951**	**13 961**
Variações de caixa e seus equivalentes		**16 127**	**23 628**
Efeitos de alteração das taxas de câmbio		**0**	**0**
Caixa no início do período de reporte	**5**	**64 489**	**40 862**
Caixa no fim do período de reporte	**5**	**80 616**	**64 489**

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor (o Fundo) foi constituído em 19 de julho de 2010 e tem como entidade gestora a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por uma adesão coletiva (Eurovida Reforma Valor) e por 81 adesões individuais.

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2020 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2019.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Comissões de emissão

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

i) Impostos e Taxas

De acordo com o artigo 16.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

- IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e
- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

j) Contribuições

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Contrato de adesão coletiva com plano de contribuição definida – de acordo com o definido no plano de pensões;
- Contrato de adesão coletiva com plano de benefício definido – de acordo com o estudo atuarial elaborado;
- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.

k) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verifiquem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

Unidade: Euros

	2020		2019	
	Valor *	Peso Carteira	Valor *	Peso Carteira
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	354 867	56,5%	363 011	59,0%
Títulos de rendimento fixo	272 927	43,5%	252 196	41,0%
Total	**627 794**	**100,0%**	**615 207**	**100,0%**

* inclui juro decorrido

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.
De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue:

Unidade: Euros

	2020			
	Tier 1	**Tier 2**	**Tier 3**	**Total**
Instrumentos de capital e unidades de participação	52 914	301 953	-	354 867
Títulos de rendimento fixo	272 927	-	-	272 927
Total	**325 841**	**301 953**	-	**627 794**

* inclui juro decorrido

Unidade: Euros

	2019			
	Tier 1	**Tier 2**	**Tier 3**	**Total**
Instrumentos de capital e unidades de participação	363 011	-	-	363 011
Títulos de rendimento fixo	252 196	-	-	252 196
Total	**615 207**	**0**	-	**615 207**

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Nesta rubrica está registado o montante de 80.616 Euros (2019: 64.489 Euros) referente a depósitos à ordem.

Nota 6 – Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica estão incluídos os juros decorridos sobre as obrigações no montante de 1 012 Euros (2019: 978 Euros).

Nota 7 – Contribuições

As contribuições efetuadas pelos participantes do Fundo de Pensões e as transferências, no montante de 31.455 Euros (20.349Euros em 2019), foram integralmente realizadas.

Nota 8 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020	2019
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões	-	-
Transferências	279	-
Desemprego de longa duração	-	-
Total em 31 de dezembro	**279**	**-**

Em 2019 não se registou nenhum movimento

Nota 9 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020		2019	
Ganhos				
Realizados		**1 870**		**5 174**
Obrigações	-		-	
Ações	-			
Unidades de participação	1 870		5 174	
	-			
	-			
Potenciais		**11 967**		**31 214**
Obrigações	516		4 094	
Ações	-			
Unidades de participação	11 450		27 120	
Outros	-			
Valias de câmbiais		**-**		**-**
Total de Ganhos		**13 836**		**36 388**
Perdas				
Realizadas		**(5 436)**		**-**
Obrigações	(173)		-	
Ações	-			
Unidades de participação	(5 264)		-	
	-			
	-			
Potenciais		**(3 474)**		**(333)**
Obrigações	(1 633)		(333)	
Ações	-			
Unidades de participação	(1 841)		-	
Outros	-			
Valias de câmbiais		**-**		**-**
Total de Perdas		**(8 911)**		**(333)**
Total em 31 de dezembro		**4 926**		**36 055**

Nota 10 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020	2019
Ações/ Unidades de participação	318	370
Obrigações/ Outros títulos rendimento fixo	3 072	2 883
Total em 31 de dezembro	**3 390**	**3 252**

Nota 11 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020	2019
Prémios de seguros	-	
Comissões de gestão e de depósito	10 856	10 485
Outras despesas	299	456
Total em 31 de dezembro	**11 155**	**10 940**

A comissão de gestão é uma comissão mensal que será no máximo de 0,125% (1,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2020, foram pagas comissões de gestão no montante de 10.216 Euros (9.971 Euros em 2019).

A comissão de depósito é uma comissão mensal que será no máximo de 0,0416% (0,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2020, foram pagas comissões de depósito no montante de 640 Euros (514 Euros em 2019).

Nota 12 – Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações entre o fundo de pensões e o associado ou empresas com esta relacionada, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, resumem-se como segue:

Unidade: Euros

	2020		2019	
	Demonstração da Posição Financeira	Demonstração de Resultados	Demonstração da Posição Financeira	Demonstração de Resultados
Banco Santander Totta, S.A.				
Depósitos à Ordem	80 616		64 489	
Rendimentos				
Sub-Total	**80 616**	**-**	**64 489**	**-**
Santander Totta Seguros, S.A.				
Comissões de Gestão	(902)	10 216	(866)	9 971
Sub-Total	**(902)**	**10 216**	**(866)**	**9 971**
Total em 31 de dezembro	**79 715**	**10 216**	**63 624**	**9 971**

Nota 13 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Reger-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também, a alocação de ativos atual e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	**42,50%**	**38,61%**	-3,89%	[0; 50]
Instrumentos de Capital	**2,50%**	**0,00%**	-2,50%	[0; 5]
Unidades de Participação	**45,00%**	**50,20%**	5,20%	[0; 55]
FIM's Maioritariamende Obrigações	25,00%	30,53%	5,53%	[0; 35]
FIM's Maioritariamende Ações	7,50%	9,04%	1,54%	[0; 15]
FIM's Outros	2,50%	4,08%	1,58%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Obrigações	2,50%	3,87%	1,37%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Acções	5,00%	2,69%	-2,31%	[0; 10]
FII's	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Outros Activos	**5,00%**	**0,00%**	-5,00%	[0; 10]
Liquidez	**5,00%**	**11,20%**	6,20%	[0; 10]

Nota 14 – Risco associado a instrumentos financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade dos rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do associado e dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no Fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios trimestrais de riscos financeiros para a carteira global.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência às datas de 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Unidade: Euros

	2020*		2019*	
	%	Valor	%	Valor
Rendimento Fixo	**38,5%**	**272 927**	**37,1%**	**252 197**
Taxa Fixa	34,2%	242 276	0,0%	-
Taxa Variável	4,3%	30 651	0,0%	-
Cupão Zero	0,0%	-	0,0%	-
Rendimento Variável	**50,1%**	**354 867**	**53,4%**	**363 011**
Com garantia de capital	0,0%	-	0,0%	-
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
Sem garantia de capital	50,1%	354 867	49,1%	333 908
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
F.I.M. - Acções	11,7%	82 884	7,2%	48 783
F.I.M. - Obrigações	34,3%	243 156	32,5%	220 887
F.I.M. - Outros	4,1%	28 827	0,0%	-
Exchanged Traded Funds	0,0%	-	9,5%	64 238
Mercado Monetário	**11,4%**	**80 616**	**9,5%**	**64 489**
Total	**100,0%**	**708 410**	**100,0%**	**679 697**

** Inclui juro decorrido*

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhados os *Outlooks*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

A exposição da carteira aos *ratings* é a que se indica:

Rating	Rating Emissão	Rating Emissão	Mínimo %	Máximo % Carteira
	% da Carteira	% Rend. Fixo	% Carteira	% Rend Fixo
[AAA ; BBB-]	38,6%	100,0%	55,0%	100,0%
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	0,0%	40,0%
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
NR	0,0%	0,0%	0,0%	4,0%

Em termos de exposição das classes de *rating* por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Unidade: Euros

2020	< 3	< 5	<7	< 10	≥ 10	Total	
						em %	em Valor
[AAA ; BBB-]	30,5%	4,8%	0,0%	3,3%	0,0%	38,6%	272 927
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
NR	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
Total (em %)	**30,5%**	**4,8%**	**0,0%**	**3,3%**	**0,0%**	**38,6%**	
Total (em valor)	**215 485**	**33 784**	**0**	**23 658**	**0**		**272 927**

Unidade: Euros

2019	< 3	< 5	<7	< 10	≥ 10	Total	
						em %	em Valor
[AAA ; BBB-]	30,0%	2,9%	2,1%	2,2%	0,0%	37,2%	252 197
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
NR	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
Total (em %)	**30,0%**	**2,9%**	**2,1%**	**2,2%**	**0,0%**	**37,2%**	
Total (em valor)	**203 467**	**19 723**	**13 999**	**15 008**	**0**		**252 197**

Risco de taxa de juro

As operações do Fundo encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro, para os ativos geradores de juros (investimentos).

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos apurados, relativamente a 31 de dezembro de 2020 e 2019, são os seguintes:

Indicadores	2020	2019	Variação
Modified Duration	2,10	2,86	-0,8 pp
Vida Média	2,16	2,94	-0,8 pp
Convexidade	0,08	0,10	-0,0 pp

O impacto estimado de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Variação Estimada 2020		Variação Estimada 2019	
Variação taxa juro (Em pontos base)	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-2,4%	-17 133	-3,2%	-21 604
200	-1,6%	-11 422	-2,1%	-14 403
100	-0,8%	-5 711	-1,1%	-7 201

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, ver a análise de maturidades no risco de crédito.

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, os indicadores, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

	Perda estimada 2020		Perda estimada 2019	
FIM/Ações	%	Euros	%	Euros
-10%	-5,02%	-35 487	-5,35%	-36 301
-20%	-10,04%	-70 973	-10,70%	-72 602

Adicionalmente são analisados os seguintes riscos:

a) Exposição ao risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica a carteira de investimentos do Fundo apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Zona Geográfica	Peso em carteira 2020	Peso em carteira 2019	Variação
Renda Fixa*			
Zona União Europeia	35,9%	34,3%	1,6 pp
Estados Unidos da América	2,7%	2,9%	-0,1 pp
Outros	0,0%	0,0%	0,0 pp
Total	**38,6%**	**37,2%**	**1,4 pp**
Renda Variável			
Zona União Europeia	50,2%	53,5%	-3,3 pp
Estados Unidos da América	0,0%	0,0%	0,0 pp
Outros	0,0%	0,0%	0,0 pp
Total	**50,2%**	**53,5%**	**-3,3 pp**

* Inclui liquidez

b) Risco de exposição aos setores

Em relação à exposição por setor a carteira de investimentos do Fundo apresenta a seguinte exposição, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Setor	Peso em carteira 2020*	Peso em carteira 2019*	Variação
GOVERNMENT	16,8%	15,9%	0,9 pp
FINANCIAL	6,3%	21,8%	-15,5 pp
INDUSTRIAL	0,0%	6,0%	-6,0 pp
SPECIAL PURPOSE	0,0%	2,9%	-2,9 pp
Consumer, Cyclical	12,7%	0,0%	12,7 pp
COMMUNICATIONS	2,8%	0,0%	2,8 pp

**inclui liquidez*

Nota 15 – Eventos subsequentes

Até à data de autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a epidemia do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19, uma emergência de saúde pública de nível internacional. Este facto poderá ter especiais consequências ao nível do setor financeiro mundial e igualmente português. À data de aprovação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora ainda não consegue antecipar ou concretizar as exatas consequências desta situação entende, contudo, que a mesma não coloca em causa a continuidade das operações do Fundo.

Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Titulos nacionais							
	2.1.1 - Intrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYSANHM0002	Sant.Ac Europa CL C	1 310			4,36	5 720	5,01	6 571
	...							
	sub-total	1 310	0			5 720		6 571
	2.1.2 - Titulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25	1 200 000	12 000	109,55	0,01	13 146	0,01	13 994
PTOTESOE0013	PGB 2.2 17/10/22	1 300 000	13 000	106,19	0,01	13 805	0,01	13 739
PTOTEVOE0018	PGB 2.125 17/10/28	2 000 000	20 000	106,74	0,01	21 349	0,01	23 658
PTOTVLOE0001	PGB FIoat 5/12/22	30	30 000	100,00	1 000,00	30 000	1 021,70	30 651
	...							
	sub-total	4 500 030	75 000			78 300		82 041
	sub-total	4 500 030	75 000			78 300		82 041
	2.2 - Titulos estrangeiros							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0007054358	LYXOR€ST.50(DR)UC.FC	111			28,93	3 212	34,39	3 817
FR0010261198	LYXOR MSCI EURO.DR U	52			119,72	6 225	129,28	6 723
IE0032523478	Ishares Euro Corpora	99			132,85	13 152	142,11	14 069
IE00B3ZW0K18	ETF IUSE LN	104			61,16	6 361	81,30	8 455
LU0156671504	CANDR BONDS €	17			2 182,54	37 103	2 196,86	37 347
LU0368231436	BGF-Fix Inc Glb Op H	2 428			10,54	25 602	11,47	27 849
LU0451950587	JANUS HEN J.H.EUR.CO	280			168,88	47 286	177,49	49 697
LU0468289250	BlackRock Global Fun	2 210			16,36	36 157	16,60	36 686
LU0539144625	NORDEA 1-EURO CON BD	1 707			14,40	24 588	15,29	26 100
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	97			135,19	13 113	147,59	14 316
LU0808559586	ROBECO-QI EUR CNSV	71			172,81	12 270	190,98	13 560
LU1245470080	Flossbach von Storch	122			107,60	13 127	118,94	14 511
LU1443248544	Exane Funds 2 – Exan	1			10 686,28	11 755	13 395,95	14 736
LU1534073041	DWS FLOAT RATE NOTES	453			84,14	38 115	84,17	38 129
LU1829218319	LYXOR BARCL FLT EUR	132			99,75	13 167	100,60	13 279
LU1988018799	Santdr Go Nth Amer E	176			137,54	24 208	164,90	29 023
	sub-total	8 060				325 442		348 296
	sub-total	8 060	0			325 442		348 296
	2.2.2 - Titulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0005028003	BTPS 2.15% 15/12/21	11	11 000	101,59	1 015,93	11 175	1 026,53	11 292
ES00000128O1	SPGB 0.4 30/4/22	25	25 000	101,19	1 011,92	25 298	1 016,33	25 408
	...							
	sub-total	36	36 000			36 473		36 700
	2.2.2.3 - De outros emissores							
FR0013218153	RCI 0.625 10/11/21	30	30 000	100,68	1 006,78	30 203	1 005,33	30 160
DE000A169G07	DAIGR 0.875 21/1/21	20	20 000	101,98	1 019,80	20 396	1 008,72	20 174
XS1557096267	DT 0.875 30/1/24	19	19 000	100,80	1 008,04	19 153	1 041,60	19 790
DE000CZ40K07	CMZB 1.5% 21/9/22	28	28 000	102,90	1 029,04	28 813	1 033,55	28 939
XS1873143561	BMW 0 .125 29/11/21	20	20 000	99,82	998,20	19 964	1 004,13	20 083
DE000A1ZLUN1	ANNGR 2.125 09/07/22	15	15 000	105,11	1 051,08	15 766	1 045,05	15 676
XS1171489393	TOYOTA 0.75% 21/7/22	19	19 000	101,65	1 016,54	19 314	1 019,11	19 363
	...							
	sub-total	151	151 000			153 610		154 186
	sub-total	187	187 000			190 083		190 886
	total	4 509 588	262 000			599 545		627 794
	3 - TOTAL GERAL	**4 509 588**	**262 000**			**599 545**		**627 794**

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor** (ou Fundo), gerido pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 708 467 euros, um valor do Fundo de 706 973 euros e um resultado líquido de 28 394 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões do Aberto Eurovida Reforma Valor**, em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência da pandemia Covid-19, ainda em curso, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que, embora não sendo possível prever os efeitos que possam advir da sua evolução, as atuais circunstâncias excecionais não colocam em causa a continuidade e as operações do Fundo nos seus atuais moldes. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização dos ativos financeiros	
Os ativos financeiros correspondem a cerca de 88% do ativo. O valor dos ativos financeiros é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados. A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados e imprevisível evolução e impactos da pandemia Covid-19. As divulgações relacionadas com a composição e valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 b) e 4 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados. Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com a pandemia Covid-19.

Outras matérias

O nosso exame incidiu sobre as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2020, após a nossa nomeação em 19 de janeiro de 2021, sendo que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram objeto de exame por outro auditor, cuja Certificação Legal das Contas, emitida em 7 de julho de 2020, inclui uma opinião não modificada e com uma ênfase.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os

princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos

ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2020 e 2022.

(ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

(iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 4 de maio de 2021;

(iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;

(v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes serviços permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Auditoria sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho e das Normas Regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), n.º 7/2007-R, de 17 de maio e n.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 4 de maio de 2021

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC